

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	10
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	20
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	54

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	59
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	61

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	918.160
Preferenciais	0
Total	918.160
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/04/2017	Dividendo	02/05/2017	Ordinária		63,51676
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2017	Dividendo	31/08/2017	Ordinária		75,34621

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.083.845	2.059.943
1.01	Ativo Circulante	694.695	631.771
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	140.733	115.225
1.01.02	Aplicações Financeiras	62.665	41.233
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	62.665	41.233
1.01.03	Contas a Receber	244.925	238.975
1.01.03.01	Clientes	244.925	238.975
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionarias	244.925	238.975
1.01.04	Estoques	4.849	6.028
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.835	55.400
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51.835	55.400
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.317	4.090
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	186.371	170.820
1.01.08.03	Outros	186.371	170.820
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	49.245	42.670
1.01.08.03.05	Ativos Financeiro setorial	73.305	82.095
1.01.08.03.06	Outros Créditos	63.821	46.055
1.02	Ativo Não Circulante	1.389.150	1.428.172
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	658.604	726.770
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	26.433	25.111
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.187	5.886
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	6.187	5.886
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	625.984	695.773
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	15.833	17.450
1.02.01.09.05	Créditos tributários	97.443	94.532
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	25.747	24.828
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	13.544	55.442
1.02.01.09.08	Contas receber da concessão	423.439	425.000
1.02.01.09.10	Consumidores e concessionarias	36.554	31.532
1.02.01.09.11	Ativos Financeiro setorial	10.961	44.525
1.02.01.09.13	Outros Créditos	2.463	2.464
1.02.02	Investimentos	100	100
1.02.02.01	Participações Societárias	100	0
1.02.03	Imobilizado	10.111	11.238
1.02.04	Intangível	720.335	690.064
1.02.04.01	Intangíveis	720.335	690.064
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	720.335	690.064

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.083.845	2.059.943
2.01	Passivo Circulante	601.278	629.465
2.01.02	Fornecedores	127.215	133.590
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	127.215	133.590
2.01.03	Obrigações Fiscais	60.946	63.188
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	60.946	63.188
2.01.03.01.04	Tributos e contribuições sociais	60.946	63.188
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	270.357	246.382
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	270.357	246.382
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	75.444	59.281
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	194.913	187.101
2.01.05	Outras Obrigações	142.760	186.305
2.01.05.02	Outros	142.760	186.305
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	9.726	8.952
2.01.05.02.06	Taxa de iluminação pública arrecadada	7.976	8.574
2.01.05.02.07	Benefício a empregados - plano de pensão	19.868	19.868
2.01.05.02.08	Passivos Financeiro Setorial	41.757	77.040
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	3.895	3.578
2.01.05.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	12.148	14.531
2.01.05.02.12	Encargos Setoriais	31.589	33.300
2.01.05.02.14	Outras contas a pagar	15.801	20.462
2.02	Passivo Não Circulante	701.054	684.874
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	472.896	475.258
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	472.896	475.258
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	230.951	197.012
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	241.945	278.246
2.02.02	Outras Obrigações	228.158	209.616
2.02.02.02	Outros	228.158	209.616
2.02.02.02.04	Fornecedores	2.646	2.646
2.02.02.02.05	Tributos e contribuições sociais	74.438	66.699
2.02.02.02.06	Benefícios a empregados - Plano de Pensão	76.544	66.611
2.02.02.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	115	156
2.02.02.02.08	Provisões para Riscos, Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	50.931	50.042
2.02.02.02.09	Passivos Financeiro Setorial	7.048	9.355
2.02.02.02.10	Encargos Setoriais	15.075	13.017
2.02.02.02.11	Outros	1.361	1.090
2.03	Patrimônio Líquido	781.513	745.604
2.03.01	Capital Social Realizado	526.992	526.992
2.03.02	Reservas de Capital	97.002	97.002
2.03.04	Reservas de Lucros	93.172	151.491
2.03.04.01	Reserva Legal	70.719	70.719
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	22.453	22.453
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	58.319
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	94.228	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-29.881	-29.881

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	373.550	775.530	374.754	730.332
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-284.085	-590.504	-287.640	-562.323
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-183.306	-387.243	-178.261	-347.430
3.02.02	Encargos uso sist. trasnsm.distrib.	-10.620	-26.303	-20.185	-45.374
3.02.03	Pessoal e administradores	-21.276	-41.217	-16.032	-32.484
3.02.04	Entidade de previdencia privada	-5.422	-10.789	-2.934	-5.902
3.02.05	Material	-3.416	-7.120	-3.230	-6.316
3.02.06	Serviços de terceiros	-7.842	-16.577	-9.534	-18.405
3.02.07	Depreciação e amortização	-15.887	-31.470	-13.370	-26.439
3.02.08	Custo de construção	-30.708	-59.372	-36.141	-67.491
3.02.10	Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	-5.060	-9.106	-7.050	-11.975
3.02.11	Outras	-548	-1.307	-903	-507
3.03	Resultado Bruto	89.465	185.026	87.114	168.009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.896	-54.958	-31.892	-62.602
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.171	-59.818	-31.912	-61.666
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-4.785	-9.824	-9.463	-18.335
3.04.02.02	Entidade de previdencia privada	-2.570	-5.199	-2.636	-5.302
3.04.02.03	Material	-381	-1.042	-645	-1.335
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-15.268	-28.908	-12.791	-25.995
3.04.02.05	Depreciação e amortização	-2.040	-4.083	-2.139	-4.280
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-656	-76	1.084	2.928
3.04.02.07	Outras	-6.471	-10.686	-5.322	-9.347
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.355	10.846	1.899	3.100
3.04.04.01	Outras	1.355	10.846	1.899	3.100
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.080	-5.986	-1.879	-4.036
3.04.05.01	Outras	-2.080	-5.986	-1.879	-4.036
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	56.569	130.068	55.222	105.407
3.06	Resultado Financeiro	-9.405	-18.982	-34.230	10.794

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.06.01	Receitas Financeiras	14.657	29.280	18.223	34.731
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	4.576	9.629	6.421	14.604
3.06.01.02	Varição monet.e acresc.morat.energia	8.028	15.909	8.750	17.139
3.06.01.04	Tributos s/receita financeira	-715	-1.700	-1.628	-3.329
3.06.01.05	Atualização de ativo financeiro setorial	1.517	2.819	1.480	1.480
3.06.01.06	Outras receitas	1.251	2.623	3.200	4.837
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.062	-48.262	-52.453	-23.937
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-10.544	-20.285	-10.882	-20.349
3.06.02.02	Encargos de dívidas - var monet.e cambial	-14.558	-3.312	47.249	93.151
3.06.02.03	(-) Transferência para ordens em curso	169	335	1.097	1.768
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	2.421	2.583	980	2.067
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-6.754	-5.156	56	50.888
3.06.02.06	Marcação a mercado da dívida	3.132	2.365	-2.770	-5.547
3.06.02.07	Atualização de passivo financeiro setorial	-610	-1.051	-663	-1.841
3.06.02.08	Atualização PEE e P&D	-335	-704	-379	-718
3.06.02.09	Atualização contingência	-401	-813	-1.080	-2.736
3.06.02.10	Despesas bancárias	-422	-819	-420	-620
3.06.02.11	Despesa de Aval	-2.231	-4.466	-2.342	-4.872
3.06.02.12	Instrumentos financeiros derivativos	7.488	-13.727	-81.505	-131.983
3.06.02.13	Outras despesas financeiras	-1.417	-3.212	-1.794	-3.145
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.164	111.086	20.992	116.201
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.579	-16.858	-5.807	-38.778
3.08.01	Corrente	-2.094	-19.769	-5.120	-8.653
3.08.02	Diferido	-4.485	2.911	-687	-30.125
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	40.585	94.228	15.185	77.423
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	40.585	94.228	15.185	77.423
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99.01.01	ON	44,20254	102,62699	16,53851	84,32408
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	44,20254	102,62699	16,53851	84,32408

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	40.585	94.228	15.185	77.423
4.03	Resultado Abrangente do Período	40.585	94.228	15.185	77.423

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	160.222	158.046
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	187.407	128.913
6.01.01.01	Lucro líquido do período	94.228	77.423
6.01.01.02	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	13.013	-101.448
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.106	11.975
6.01.01.04	Depreciação e amortização	35.553	30.719
6.01.01.05	Provisão para riscos	76	-2.928
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	16.858	38.778
6.01.01.07	(Ganho) perda na baixa de ativo intangível e imobilizado	-4.860	936
6.01.01.08	Marcação a mercado da dívida	2.365	5.547
6.01.01.09	Instrumentos financeiros derivativos	13.727	131.983
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	5.156	-50.888
6.01.01.11	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	2.185	-13.184
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.185	29.133
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-20.078	-11.974
6.01.02.03	Diminuição de ativos financeiros setoriais	45.173	102.797
6.01.02.04	Diminuição de estoques	1.179	477
6.01.02.05	Diminuição (Aumento) de impostos a recuperar	5.182	-13.836
6.01.02.06	(Diminuição) de cauções e depósitos vinculados	-919	-555
6.01.02.07	Diminuição de despesas pagas antecipadamente	773	0
6.01.02.08	(Aumento) Diminuição de outros créditos	-12.905	19.220
6.01.02.09	Aumento de fornecedores	1.333	15.059
6.01.02.11	Aumento (Diminuição) de tributos e contribuições sociais	393	-9.821
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-14.402	-6.040
6.01.02.13	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-38.641	-57.828
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	774	2.325
6.01.02.16	Aumento (diminuição) de outras contas a pagar	4.953	-10.691
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-86.718	-36.897
6.02.01	Aplicações no imobilizado	-120	-424
6.02.02	Aplicações no intangível e imobilizado	-74.647	-63.950
6.02.04	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	-13.426	24.049
6.02.06	Alienação de Bens do Imobilizado e Intangível	1.475	3.428
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-47.996	-157.829
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	164.068	10.251
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	-147.928	-40.861
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	-19.833	-21.310
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	14.016	-91.869
6.03.05	Pagamento de dividendos	-58.319	-14.040
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	25.508	-36.680
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	115.225	115.287
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	140.733	78.607

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	526.992	97.002	151.491	0	-29.881	745.604
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	526.992	97.002	151.491	0	-29.881	745.604
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-58.319	0	0	-58.319
5.04.06	Dividendos	0	0	-58.319	0	0	-58.319
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	94.228	0	94.228
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	94.228	0	94.228
5.07	Saldos Finais	526.992	97.002	93.172	94.228	-29.881	781.513

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	487.457	97.002	138.554	0	-28.206	694.807
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	487.457	97.002	138.554	0	-28.206	694.807
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.535	0	-53.575	0	0	-14.040
5.04.01	Aumentos de Capital	39.535	0	-39.535	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.040	0	0	-14.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	77.423	0	77.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	77.423	0	77.423
5.07	Saldos Finais	526.992	97.002	84.979	77.423	-28.206	758.190

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	1.180.045	1.143.216
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.118.598	1.082.832
7.01.02	Outras Receitas	10.846	3.100
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	59.707	69.259
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.106	-11.975
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-583.426	-585.596
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-452.355	-455.938
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-54.657	-52.293
7.02.04	Outros	-76.414	-77.365
7.03	Valor Adicionado Bruto	596.619	557.620
7.04	Retenções	-35.553	-30.719
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.553	-30.719
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	561.066	526.901
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.980	38.060
7.06.02	Receitas Financeiras	30.980	38.060
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	592.046	564.961
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	592.046	564.961
7.08.01	Pessoal	57.802	53.207
7.08.01.01	Remuneração Direta	41.136	36.647
7.08.01.02	Benefícios	13.358	12.353
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.308	4.207
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	390.440	407.538
7.08.02.01	Federais	138.887	162.991
7.08.02.02	Estaduais	251.226	244.280
7.08.02.03	Municipais	327	267
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.576	26.793
7.08.03.01	Juros	48.597	25.705
7.08.03.02	Aluguéis	979	1.088
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	94.228	77.423
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	94.228	77.423

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Resultados do 2º trimestre de 2017

João Pessoa, 09 de agosto de 2017 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Paraíba", "EPB" ou "Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre ("2T17") e dos primeiros seis meses de 2017 ("6M17").

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Considerações gerais

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.394 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km².

2 Desempenho econômico-financeiro

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
Receita Operacional Bruta	557,4	575,0	- 3,1	1.178,0	1.150,3	+ 2,4
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	526,7	538,9	- 2,3	1.118,6	1.082,8	+ 3,3
Receita Operacional Líquida	373,6	374,8	- 0,3	775,5	730,3	+ 6,2
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	342,9	338,7	+ 1,2	716,1	662,8	+ 8,0
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	56,6	55,2	+ 2,5	130,1	105,4	+ 23,4
EBITDA	74,5	70,7	+ 5,4	165,7	136,1	+ 21,7
EBITDA Ajustado	82,5	79,5	+ 3,8	181,6	153,2	+ 18,5
Resultado financeiro	(9,4)	(34,2)	- 72,5	(19,0)	10,8	-
Lucro Líquido	40,6	15,2	+ 167,1	94,2	77,4	+ 21,7
Indicadores Operacionais						
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.394,2	1.365,8	+ 2,1	1.394,2	1.365,8	+ 2,1
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	915,3	923,5	- 0,9	1.855,2	1.857,2	- 0,1
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh)	1.044,5	1.019,2	+ 2,5	2.112,0	2.036,5	+ 3,7
Indicador Relativo						
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	22,1	21,2	+ 0,9 p.p	23,4	21,0	+ 2,4 p.p
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
	30/06/2017	31/12/2016	Var. %			
Ativo Total	2.083,8	2.059,9	+ 1,2			
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	236,0	187,5	+ 25,9			
Patrimônio Líquido	781,5	745,6	+ 4,8			
Endividamento Líquido	499,5	478,1	+ 4,5			

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

Comentário do Desempenho

3 Desempenho econômico-financeiro

No 2T17, a receita operacional líquida, sem a receita de construção, totalizou R\$ 342,9 milhões, o que representa um aumento de 1,2% (ou R\$ 4,2 milhões) em relação aos R\$ 338,7 milhões registrados no 2T16. Esse desempenho decorre, principalmente, do aumento de 2,3% nas vendas de energia no mercado cativo, livre e no fornecimento não faturado. No acumulado em 6M17, a receita operacional líquida, também deduzida das receitas de construções, atingiu R\$ 716,1 milhões, ou seja, 8,0% maior (ou R\$ 53,3 milhões) em relação a verificada em 6M16. A seguir, as receitas operacionais líquidas por classe de consumo:

Receita operacional por classe de consumo Descrição (R\$ milhões)	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	497,9	459,9	+ 8,3	1.011,2	985,3	+ 2,6
Residencial	254,6	226,5	+ 12,4	516,8	485,7	+ 6,4
Industrial	40,7	50,4	- 19,2	83,2	107,4	- 22,5
Comercial	107,2	98,3	+ 9,1	217,8	210,2	+ 3,6
Rural	21,8	19,1	+ 14,1	45,7	41,9	+ 9,1
Outras classes	73,6	65,6	+ 12,2	147,7	140,1	+ 5,4
(+) Suprimento de energia elétrica	(12,9)	50,2	-	16,9	56,2	- 69,9
(+) Fornecimento não faturado líquido	(3,7)	(5,0)	- 26,0	(1,4)	(10,9)	- 87,2
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	14,0	10,2	+ 37,3	28,3	20,9	+ 35,4
(+) Receitas de construção	30,7	36,1	- 15,0	59,4	67,5	- 12,0
(+) Constituição e amortização - CVA	(4,6)	(10,8)	- 57,4	(4,0)	(45,0)	- 91,1
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	31,7	29,6	+ 7,1	64,3	59,3	+ 8,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	0,5	3,9	- 87,2	(2,2)	13,2	-
(+) Outras receitas	3,8	0,9	+ 322,2	5,5	3,8	+ 44,7
(=) Receita bruta	557,4	575,0	- 3,1	1.178,0	1.150,3	+ 2,4
(-) Impostos sobre vendas	175,7	160,8	+ 9,3	357,3	340,8	+ 4,8
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(26,2)	-	-	(29,0)	0,1	-
(-) Encargos setoriais	34,3	39,4	- 12,9	74,2	79,1	- 6,2
(=) Receita líquida	373,6	374,8	- 0,3	775,5	730,3	+ 6,2
(-) Receitas de construção	30,7	36,1	- 15,0	59,4	67,5	- 12,0
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	342,9	338,7	+ 1,2	716,1	662,8	+ 8,0

3.1 Ambiente regulatório - revisão tarifária

3.1.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em vigor o "Sistema de Bandeiras Tarifárias", que repassa automaticamente ao consumidor final o custo incorrido pela distribuidora sempre que a compra de energia for afetada pelo despacho termelétrico de maior custo, diminuindo o carregamento financeiro entre os reajustes tarifários.

O funcionamento das bandeiras tarifárias é representado pelas cores verde, amarela ou vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade. Atualmente, as seguintes tarifas adicionais de bandeira estão vigentes:

- Bandeira Tarifária Verde: sem cobrança adicional (condições favoráveis de geração)
- Bandeira Tarifária Amarela: R\$ 2,00 a cada 100 (kWh)
- Bandeira Tarifária Vermelha - Patamar 1: R\$ 3,00 a cada 100 (kWh)
- Bandeira Tarifária Vermelha - Patamar 2: R\$ 3,50 a cada 100 (kWh)

No 2T17, as receitas consolidadas auferidas pela ETO provenientes das bandeiras tarifárias representou uma devolução de R\$ 1,3 milhão (R\$ 3,6 milhões em 6M17), ante os R\$ 4,0 milhões registrados no 2T16 (R\$ 60,5 milhões em 6M16).

3.1.2 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória utiliza o método do Valor Novo de Reposição - VNR, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo

Comentário do Desempenho

existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação. A Base de Remuneração Líquida (BRL) da Energisa Paraíba e a data da próxima Revisão Tarifária (RT) são as seguintes:

Base de Remuneração Líquida (BRL) (Em R\$ milhões) ⁽¹⁾		Data revisão tarifária	
3º Ciclo	4º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
827,3	- ⁽²⁾	ago/17 ⁽²⁾	ago/21

⁽¹⁾ A preços da data da RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo).

⁽²⁾ BRL não homologada pela ANEEL, distribuidora ainda não realizou a revisão tarifária no ciclo.

Por sua vez, o aumento tarifário ocorrido em 28/08/2016 (efeito médio de 5,13% para os consumidores) refletiu Parcela B aumentou 8,8% (R\$ 44,1 milhões) em relação à data anterior (D-1) à aplicação da revisão tarifária, chegando a R\$ 546,2 milhões. O crescimento da Parcela B foi influenciado, principalmente, pelo reconhecimento tarifário dos investimentos realizados (EBITDA Regulatório).

Em 28 de agosto próximo ocorrerá o 4º Ciclo de Revisão Tarifária da Energisa Paraíba.

3.1.3 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético

A Aneel homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Paraíba pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 31,7 milhões no 2T17 (R\$ 64,3 milhões em 6M17). O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

3.2 Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 317,0 milhões no 2T17, redução de 0,8% em relação ao 2T16. Em 6M17, totalizaram R\$ 645,5 milhões, ou seja, 3,3% maiores que os registrados em 6M16. A composição dos custos e despesas operacionais consolidados pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	193,9	198,5	- 2,3	413,5	392,8	+ 5,3
1.1 Energia comprada	183,3	178,3	+ 2,8	387,2	347,4	+ 11,5
1.2 Transporte de potência elétrica	10,6	20,2	- 47,5	26,3	45,4	- 42,1
2 Custos e Despesas controláveis	73,8	69,5	+ 6,2	141,9	133,1	+ 6,6
2.1 PMSO	68,0	63,5	+ 7,1	132,7	124,0	+ 7,0
2.1.1 Pessoal	26,1	25,5	+ 2,4	51,0	50,8	+ 0,4
2.1.2 Fundo de pensão	8,0	5,6	+ 42,9	16,0	11,2	+ 42,9
2.1.3 Material	3,8	3,9	- 2,6	8,2	7,7	+ 6,5
2.1.4 Serviços de terceiros	23,1	22,3	+ 3,6	45,5	44,4	+ 2,5
2.1.5 Outras	7,0	6,2	+ 12,9	12,0	9,9	+ 21,2
✓ Multas e compensações	1,2	1,2	-	2,6	2,5	+ 4,0
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	3,3	3,3	-	4,1	4,4	- 6,8
✓ Outros	2,5	1,7	+ 47,1	5,3	3,0	+ 76,7
2.2 Provisões/Reversões	5,8	6,0	- 3,3	9,2	9,1	+ 1,1
2.2.1 Contingências	0,7	(1,1)	-	0,1	(2,9)	-
2.2.2 Devedores duvidosos	5,1	7,1	- 28,2	9,1	12,0	- 24,2
3 Demais receitas/despesas	18,6	15,5	+ 20,0	30,7	31,6	- 2,8
3.1 Depreciação e amortização	17,9	15,5	+ 15,5	35,6	30,7	+ 16,0
3.2 Outras receitas/despesas	0,7	-	-	(4,9)	0,9	-
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	286,3	283,5	+ 1,0	586,1	557,5	+ 5,1
Custo de construção ^(*)	30,7	36,1	- 15,0	59,4	67,5	- 12,0
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	317,0	319,6	- 0,8	645,5	625,0	+ 3,3

^(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Comentário do Desempenho

3.3 Lucro líquido e geração de caixa

No 2T17, a Energisa Paraíba apresentou um lucro líquido de R\$ 40,6 milhões, contra R\$ 15,2 milhões no 2T16, crescimento de 167,1%. No acumulado em 6M16, o lucro líquido totalizou R\$ 94,2 milhões, o que representou um aumento de 21,7% em relação ao registrado em igual período de 2016 em função, em parte, do aumento de R\$ 29,6 milhões na geração interna de caixa (EBITDA).

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia nos primeiros seis meses do exercício é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
(=) Lucro Líquido	40,6	15,2	+ 167,1	94,2	77,4	+ 21,7
(-) Contribuição social e imposto de renda	(6,6)	(5,8)	+ 13,8	(16,9)	(38,8)	- 56,4
(-) Resultado financeiro	(9,4)	(34,2)	- 72,5	(19,0)	10,8	-
(-) Depreciação e amortização	(17,9)	(15,5)	+ 15,5	(35,6)	(30,7)	+ 16,0
(=) Geração de caixa (EBITDA)	74,5	70,7	+ 5,4	165,7	136,1	+ 21,7
(+) Receita de acréscimos moratórios	8,0	8,8	- 9,1	15,9	17,1	- 7,0
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	82,5	79,5	+ 3,8	181,6	153,2	+ 18,5
Margem do EBITDA Ajustado (%)	22,1	21,2	+ 0,9 p.p	23,4	21,0	+ 2,4 p.p

4 Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento têm permitido à Companhia apresentar melhorias constantes em seus índices operacionais, que evidenciam a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores. No Prêmio Abradee 2017, a Energisa Paraíba foi considerada a melhor distribuidora de energia elétrica do país.

4.1 Perdas de energia

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi a seguinte:

Últimos 12 meses									Aneel
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			
jun/16	mar/17	jun/17	jun/16	mar/17	jun/17	jun/16	mar/17	jun/17	
10,06	10,50	10,55	2,53	2,79	2,55	12,60	13,30	13,10	13,94

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada.

Perdas Técnicas (GWh)			Perdas Não-Técnicas (GWh)			Perdas Totais (GWh)			Var. (%) ⁽²⁾
jun/16	mar/17	jun/17	jun/16	mar/17	jun/17	jun/16	mar/17	jun/17	
485,1	523,6	529,7	121,9	139,3	127,8	607,1	662,9	657,5	- 0,8

⁽¹⁾ Variação junho de 2017/março de 2017

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da Companhia, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras e aumentar a produtividade das equipes. As perdas de energia elétrica da Companhia situaram em 657,5 GWh, ou seja, 13,10% nos últimos 12 meses encerrados em junho de 2017, contra 662,9 GWh ou 13,30% em 12 meses findos em março de 2017.

Comentário do Desempenho

4.2 Gestão da Inadimplência

4.2.1 Taxa de Inadimplência

A relação percentual entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis, e o fornecimento faturado da Companhia, no período de 12 meses encerrados em junho de 2017 foi de 0,64%, contra 1,02% em igual período findo em junho de 2016.

4.2.2 Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses encerrados em junho de 2017 sobre o faturamento bruto do mesmo período ficou em 97,42%, contra 97,91% em junho de 2016.

4.2.3 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC (últimos 12 meses)

A Companhia tem dado prioridade aos investimentos em qualidade visando alcançar melhorias constantes nos indicadores de fornecimento de energia, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC). O indicador FEC apresentou queda de 7,9%, passando de 16,96 vezes, nos últimos 12 meses findos em junho de 2016, para 15,62 vezes em junho de 2017, e o DEC mostrou ligeira aumento, passando de 6,86 horas, para 7,11 horas no mesmo período, encontrando-se dentro dos limites estabelecidos pela Aneel.

4.3 Mercado de energia

Em seis meses de 2017, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 2.112,0 GWh (1.044,5 GWh no 2T17), aumento de 3,7% (aumento de 2,5% no 2T17) em relação ao igual período do ano anterior. A composição do mercado de energia nos primeiros seis meses de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
✓ Residencial	425,3	408,8	+ 4,0	858,8	824,5	+ 4,2
✓ Industrial	195,1	200,5	- 2,7	390,7	387,0	+ 1,0
• Cativo	84,5	118,8	- 28,9	170,0	235,8	- 27,9
• Livre	110,6	81,7	+ 35,4	220,7	151,2	+ 46,0
✓ Comercial	195,8	190,2	+ 2,9	395,1	383,6	+ 3,0
• Cativo	177,2	176,2	+ 0,6	359,0	355,5	+ 1,0
• Livre	18,6	14,0	+ 32,9	36,1	28,1	+ 28,5
✓ Rural	58,7	56,4	+ 4,1	125,1	116,4	+ 7,5
✓ Outras Classes	169,6	163,3	+ 3,9	342,3	325,0	+ 5,3
1 Vendas de energia no mercado cativo	915,3	923,5	- 0,9	1.855,2	1.857,2	- 0,1
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	129,2	95,7	+ 35,0	256,8	179,3	+ 43,2
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.044,5	1.019,2	+ 2,5	2.112,0	2.036,5	+ 3,7
4 Fornecimento Não faturado	(8,4)	(6,2)	+ 35,5	(5,4)	(10,6)	- 49,1
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.036,1	1.013,0	+ 2,3	2.106,6	2.025,9	+ 4,0

Em junho de 2017, a Companhia registrou 1.394.254 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,1% superior à registrada no fim de junho de 2016. Já o número de consumidores livres totalizou 40 no fim de junho de 2017.

Comentário do Desempenho

5 Estrutura de capital

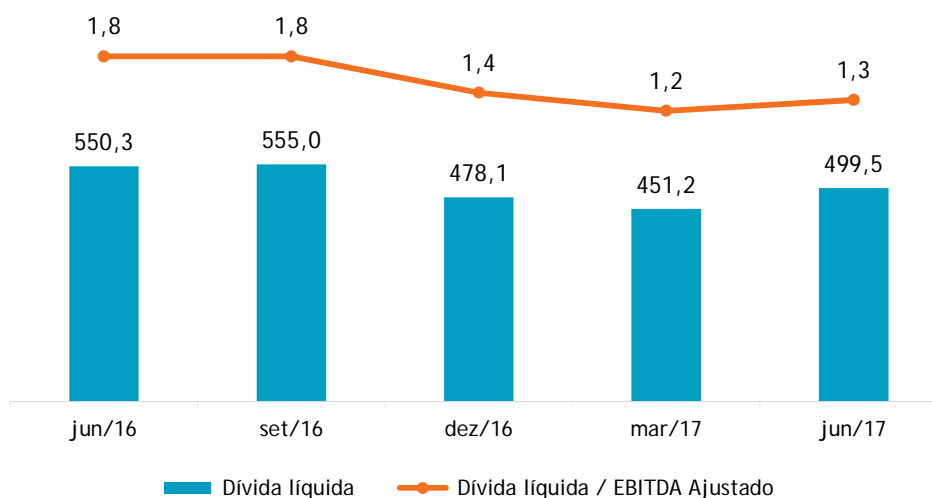
Em 30 de junho de 2017, o saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia totalizou R\$ 236,0 milhões, que não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Companhia, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão, créditos setoriais e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 478,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 499,5 milhões em 30 de junho de 2017. Conseqüentemente, a relação entre a dívida líquida, com os créditos setoriais, e o EBITDA Ajustado ao fim de junho de 2017 foi de 1,3 vezes.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia entre 30 de junho de 2017, 31 de março 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2017	31/03/2017	31/12/2016
Circulante	257,1	248,0	241,7
Empréstimos e financiamentos	270,4	248,4	246,4
Encargos de dívidas	3,9	5,3	3,5
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	19,9	19,9	19,9
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(37,1)	(25,6)	(28,1)
Não Circulante	536,0	485,5	486,6
Empréstimos e financiamentos	472,9	458,9	475,3
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	76,5	71,6	66,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(13,4)	(45,0)	(55,3)
Total das dívidas	793,1	733,5	728,3
(-) Disponibilidades financeiras	236,0	218,3	187,5
Total das dívidas líquidas	557,1	515,2	540,8
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	22,1	22,3	22,5
(-) Créditos CVA	35,5	41,7	40,2
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	499,5	451,2	478,1
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	1,3	1,2	1,4

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Evolução da alavancagem
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



Comentário do Desempenho

6 Investimentos

Com foco em obras que visam à melhoria da qualidade dos serviços prestados, regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Companhia investiu em 6M17 o montante de R\$ 68,6 milhões, contra R\$ 79,1 milhões em 6M16, o que representa uma redução de 13,3%.

A composição dos investimentos nos primeiros seis meses do exercício é a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
Ativos Elétricos	29,7	31,6	- 6,0	57,2	54,9	+ 4,2
Obrigações Especiais	4,0	7,5	- 46,7	8,5	14,2	- 40,1
Ativos Não Elétricos	1,9	4,7	- 59,6	2,9	10,0	- 71,0
Total dos Investimentos	35,6	43,8	- 18,7	68,6	79,1	- 13,3

Obs.: As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõem a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

7 Evento subsequente

A Energisa Paraíba concluiu, em 19 de julho de 2017, a colocação da sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para colocação privada, mediante a emissão de 28.791 debêntures. Foram emitidas 15.173 debêntures da primeira série, sobre as quais incidirão juros remuneratórios equivalentes ao IPCA + 5,6000%, com vencimento em 15 de junho 2022, e 13.618 debêntures da segunda série, sobre as quais incidirão juros remuneratórios equivalentes ao IPCA + 5,6601%, com vencimento em 15 de junho de 2024, perfazendo o montante total de R\$ 28,8 milhões.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão será aplicada integralmente em projetos de investimentos em linhas de distribuição (SDAT) e em subestações (SED) já realizados ou a serem realizados pela Companhia.

8 Serviços prestados pelo auditor independente

Em atendimento ao rodízio obrigatório previsto no artigo 31 da Instrução Normativa CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, e conforme orientado pelo Conselho de Administração da Companhia, foi aprovada a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes na qualidade de novo auditor independente da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2017.

A remuneração total desses auditores independentes pelos serviços prestados para a Companhia nos primeiros seis meses de 2017 foi de R\$ 168 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações trimestrais para o** **período findo em 30 de junho de 2017** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do Grupo Energisa - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.394.294 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VIII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgada à Energisa PB a distribuição de energia elétrica no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 21, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

Notas Explicativas

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 09 de agosto de 2017 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016”), publicadas na imprensa oficial em 27 de março de 2017.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB -International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

3.2 Reapresentação das informações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu as seguintes reclassificações nas suas demonstrações do resultado, do fluxo de caixa e do valor adicionado de 30 de junho de 2016, originalmente emitidas em 12 de agosto de 2016 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”:

Demonstração do Resultado	Ref	Divulgado		Reapresentado	
		01/04/2016 a 30/06/2016	Reclassificação	01/04/2016 a 30/06/2016	
Receita de venda de bens e/ou serviços	(a)	370.856	3.898	374.754	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(b)	(3.754)	(3.296)	(7.050)	
Outras	(b)	(4.199)	3.296	(903)	
Resultado bruto		83.216	3.898	87.114	
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		51.324	3.898	55.222	
Resultado financeiro		(30.332)	(3.898)	(34.230)	
Receitas financeiras	(a)	22.121	(3.898)	18.223	
Atualização contas a receber da concessão - VNR		3.898	(3.898)	-	

Demonstração do Resultado	Ref	Divulgado		Reapresentado	
		01/01/2016 a 30/06/2016	Reclassificação	01/01/2016 a 30/06/2016	
Receita operacional líquida	(a)	717.148	13.184	730.332	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(b)	(6.191)	(5.784)	(11.975)	
Outras	(b)	(6.291)	5.784	(507)	
Lucro bruto		154.825	13.184	168.009	
Resultado antes das receitas (despesas)financeiras e impostos		92.223	13.184	105.407	
Resultado financeiro		23.978	(13.184)	10.794	
Receita financeira	(a)	47.915	(13.184)	34.731	
Atualização contas a receber da concessão - VNR		13.184	(13.184)	-	

Demonstração do Valor Adicionado	Ref	Divulgado		Reapresentado	
		01/01/2016 a 30/06/2016	Reclassificação	01/01/2016 a 30/06/2016	
Receitas	(a)	1.135.816	7.400	1.143.216	
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	(a)	1.069.648	13.184	1.082.832	
Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	(b)	(6.191)	(5.784)	(11.975)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(591.380)	5.784	(585.596)	
Outros	(b)	(83.149)	5.784	(77.365)	
Valor adicionado bruto		544.436	13.184	557.620	
Valor adicionado líquido		513.717	13.184	526.901	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		51.244	(13.184)	38.060	
Receitas financeiras	(a)	51.244	(13.184)	38.060	

Fluxo de caixa	Ref	Divulgado		Reapresentado	
		01/01/2016 a 30/06/2016	Reclassificação	01/01/2016 a 30/06/2016	
Demonstração do fluxo de caixa					
Atividades operacionais					
Caixa Gerado nas operações		123.129	5.784	128.913	
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas					
	(a)	(114.632)	13.184	(101.448)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(b)	6.191	5.784	11.975	
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	(a)	-	(13.184)	(13.184)	
Variações nos Ativos e Passivos					
Consumidores e concessionárias	(b)	(6.190)	(5.784)	(11.974)	
Caixa Líquido Atividades Operacionais		158.046	-	158.046	

A natureza dos ajustes e reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de “Receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR”, no resultado financeiro, deveria ser reclassificado para o grupo receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão, objetivando melhor a apresentação quanto à sua posição patrimonial e seu desempenho e de sua atividade de distribuição de energia elétrica. Esta mudança de prática, de acordo com o CPC 23 tem como base:
- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC” (custo médio ponderado do capital);
- (ii) Investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; e
- (iii) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O impacto no período findo em 30 de junho de 2016, na Companhia foi uma reclassificação de R\$13.184(R\$3.898 referente ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2016) da receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR para receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão.

- (b) A Companhia reclassificou valores de baixas de contas de energia elétrica anteriormente classificadas na rubrica de Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Outras para a rubrica de Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Provisão para crédito de liquidação duvidosa, objetivando melhor apresentar a demonstração de resultado.

Alterações nas Notas Explicativas:

- Nota Explicativa 11 - “Transações com partes relacionadas” Inserção da informação de “Saldo a pagar Aval - outras contas a pagar” antes não informado.

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários à vista	33.133	29.367
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	107.600	85.858
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	27.968	77.234
Compromissada ⁽¹⁾	79.632	8.624
Total de caixa e equivalentes de caixa ⁽²⁾ - circulante	140.733	115.225

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2017 equivale a 102,06% do CDI (98,46% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata e são remuneradas a 102,5% do CDI.
- (2) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	89.098	66.344
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	28.276	26.731
Compromissada ⁽¹⁾	95	197
Fundo de Investimento ⁽²⁾	15.808	453
Fundo de Investimentos Exclusivos ⁽³⁾	44.774	38.818
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	232	2.251
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	35	377
Debêntures	993	7.427
Compromissadas	68	472
Títulos públicos	16.667	670
Fundo de Crédito	9	1.423
Fundo de Renda Fixa	700	9.784
Letra financeira do Tesouro (LFT)	-	2.982
Letra financeira (LF)	26.053	13.314
Nota promissória	17	118
Outros instrumentos	145	145
Mantidas até o vencimento	6.187	5.886
Fundo de investimento em direitos creditórios-FIDC ⁽⁴⁾	6.187	5.886
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁵⁾	95.285	72.230
Circulante	62.665	41.233
Não Circulante	32.620	30.997

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas a 70,0% até 95,0% e média ponderada 83,35% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) Fundos de Investimentos - São classificados como renda fixa e são remunerados de 63,33% a 102,83% e média ponderada de 101,79% do CDI.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas de 103,78% do CDI Fundo FI Energisa e 103,18% do CDI Fundo Zona da Mata.
- (4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020.
- (5) Inclui R\$35.181 (R\$36.766 em 31 de dezembro de 2016) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade

média ponderada da carteira em 30 de junho de 2017 equivale a 99,67% do CDI (103,95% do CDI em 31 de dezembro de 2016)

Notas Explicativas

6 Consumidores e concessionárias

O saldo de consumidores e concessionárias refere-se substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 24.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa ⁽⁵⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/06/2017	31/12/2016
Valores correntes: ⁽¹⁾									
Residencial	31.716	-	45.315	7.031	362	41	(7.434)	77.031	68.737
Industrial	16.270	-	2.031	322	437	5.812	(5.812)	19.060	19.319
Comercial	24.563	-	7.639	1.061	428	5.074	(5.502)	33.263	31.986
Rural	3.189	-	3.767	812	126	59	(59)	7.894	8.738
Poder público	12.036	-	1.671	52	11	129	(129)	13.770	11.418
Iluminação pública	7.335	-	1.372	28	-	6	(6)	8.735	8.594
Serviço público	5.201	-	154	2	4	11	(11)	5.361	5.313
Fornecimento não faturado	44.864	-	-	-	-	-	-	44.864	46.303
Valores renegociados:									
Residencial	3.015	8.759	2.001	773	932	6.084	(11.558)	10.006	10.931
Industrial	1.268	3.712	487	102	145	3.516	(4.102)	5.128	3.376
Comercial	1.557	3.276	513	176	200	2.854	(3.896)	4.680	5.243
Rural	394	744	206	83	106	959	(1.430)	1.062	1.051
Poder público	2.880	35.409	675	91	111	460	(839)	38.787	39.708
Iluminação pública	683	5.171	114	-	9	15	(24)	5.968	4.759
Serviço público	1.271	2.183	37	6	4	108	(116)	3.493	1.372
(-) Ajuste valor Presente ⁽³⁾	(185)	(15.521)	-	-	-	-	-	(15.706)	(18.288)
Subtotal -clientes	156.057	43.733	65.982	10.539	2.875	25.128	(40.918)	263.396	248.560
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽²⁾	9.127	-	-	-	-	-	-	9.127	13.646
Outros ⁽⁴⁾	8.738	-	343	152	-	-	(277)	8.956	8.301
Total	173.922	43.733	66.325	10.691	2.875	25.128	(41.195)	281.479	270.507
Circulante								244.925	238.975
Não Circulante								36.554	31.532

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento de energia - moeda nacional em 30 de junho de 2017, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$9.127 (R\$13.686 em 31 de dezembro de 2016), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2017. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$20.097 (R\$23.906 em 31 de dezembro de 2016), referente à aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$15.670 (R\$2.572 em 31 de dezembro de 2016), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2017	31/12/2016
Créditos a vencer	9.127	13.646
Créditos vencidos (a)	-	40
Sub-total créditos CCEE (*)	9.127	13.686
(-) Aquisições de energia na CCEE (Nota 15)	(20.097)	(23.906)
(-) Encargos de serviços do sistema (Nota 15)	(15.670)	(2.572)
Total créditos CCEE	(26.640)	(12.792)

(*) O sub-total de R\$9.127 (R\$13.686 em 31 de dezembro de 2016) não inclui a provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$40.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Créditos vencidos: A Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

uso de estimativas. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual do CDI de 10,14% a.a. (14,13% em 31 de dezembro de 2016). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$8.889 (R\$7.637 em 31 de dezembro de 2016) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.
- (5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias;
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação ocorridas no período/exercício:

Movimentação das provisões	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial - circulante - 31/12/2016 e 31/12/2015	34.895	30.199
Provisões (reversões) constituídas no período/exercício	9.106	15.575
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(2.790)	(10.879)
Saldo final - circulante - 30/06/2017 e 31/12/2016	41.211	34.895
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	41.195	34.886
Outros créditos	16	9

7 Tributos a recuperar

	30/06/2017	31/12/2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ^(a)	21.609	22.049
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF ^(b)	4.480	1.900
Imposto de Renda - IRPJ ^(c)	23.149	28.874
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL ^(c)	4.147	8.222
Contribuição do PIS e COFINS ^(d)	11.878	9.406
Outros	2.405	2.399
Total	67.668	72.850
Circulante	51.835	55.400
Não circulante	15.833	17.450

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda retido na fonte originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e o excedente, não utilizado dentro do próprio exercício, será incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social, apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (d) Corresponde aos créditos, relativo ao custo de aquisição de energia comprada para revenda, encargos de conexão, serviços e demais custos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica da Companhia e inclui 18 parcelas remanescentes de créditos constituídos até 31 de dezembro de 2014 sobre máquinas, equipamentos, materiais e de prestação de serviços incorporados ao ativo intangível e imobilizado, recuperáveis em 1/48 avos, conforme legislação vigente a época da constituição do saldo. A partir do exercício de 2015, em razão de alteração da legislação, os créditos passaram a ser constituídos sobre a cota de depreciação/amortização dos bens e equipamentos utilizados na atividade operacional.

8. Revisão e reajuste tarifário periódico

Notas Explicativas

8.1 Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 2.126 de 23 de agosto de 2016, que aprovou o reajuste médio de 5,13%, a ser aplicado a partir de 28 de agosto de 2016.

8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 3,82%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

8.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês.

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês.

Os valores das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, por patamar, são fixados anualmente pela ANEEL, por meio de Resolução Homologatória, a partir da previsão de custos relativos à geração de energia por fonte termelétrica e exposições ao mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição.

A Resolução Homologatória nº 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente.

Em 2017, nos meses de abril e maio, foram aplicadas a bandeira tarifária vermelha com patamar 1 e bandeira verde para os demais meses.

8.4 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 04 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2013, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi uma redução de 3,02%.

8.5 Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação:

Notas Explicativas

A sobrecontratação da Companhia é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em razão de regra disposta no Decreto n° 5.163/04, independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos a Companhia, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

Para afastar os prejuízos decorrentes da aquisição de energia que lhe foi imposta, mitigando a sua sobrecontratação, ao longo de 2016 e ainda em 2017, a Companhia envidou e vem envidando seus melhores esforços e utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos MCSDs Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, considerando que um dos últimos mecanismos ainda não foi realizado (o MCSD Ex-Post), a Companhia estima ter encerrado o ano de 2016 com 111, 6% de nível de contratação (revisado no 2T17 em função de atualização de parâmetros regulatórios e acordos bilaterais retroativos), sendo que o excedente, acima dos 100% até o limite de 105%, é liquidado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo do ano.

Por isso, a Companhia, baseando-se tanto em parecer técnico de reconhecido escritório de advocacia e em manifestações da ABRADEE, quanto em interações com a Aneel, recorreu à esta para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo da Companhia.

O Poder Concedente, inclusive indicando a sua convergência com o entendimento da Companhia, alguns meses após a realização do leilão A-1 e após iniciadas as discussões com relação ao equívoco na sua realização, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto n° 8.828/16, alterando a obrigação aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Em reunião da Diretoria da Aneel, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

No período findo em 30 de junho de 2017 a Companhia revisou os níveis de contratação em função de atualização de parâmetros regulatórios e acordos bilaterais retroativos, por esta razão foi aplicada aumento da provisão de ganhos incorridos não repassável para as tarifas em R\$461, reconhecidos na demonstração do resultado do período.

9 Ativos e passivos financeiros setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativo e passivo financeiro setorial tiveram a contrapartida à receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2016	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Saldo em 30/06/2017
		Adição	Amortização		
Itens da Parcela A (i)					
Energia elétrica comprada para revenda	88.089	(4.554)	(32.251)	2.308	53.592
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.829	(1.517)	(3.681)	(57)	(426)
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	3.143	1.241	(1.497)	85	2.972
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	(29.123)	(11.530)	13.748	(634)	(27.539)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.966	(8.556)	(4.137)	157	(2.570)
Componentes financeiros					
Neutralidade da Parcela A (iv)	5.536	(2.148)	(2.945)	4	447
Sobrecontratação de energia (ii)	(20.757)	(8.501)	26.877	107	(2.274)
CUSD	(305)	712	192	7	606
Devoluções Tarifárias	-	(2.502)	-	-	(2.502)
Exposição de submercados	(16.858)	20.329	10.472	(222)	13.721
Garantias Financeiras (v)	556	282	(264)	13	587
Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior (vi)	(727)	-	554	-	(173)
Outros itens financeiros (vii)	(4.124)	-	3.144	-	(980)
Total	40.225	(16.744)	10.212	1.768	35.461
Ativo Circulante	82.095				73.305
Ativo Não Circulante	44.525				10.961
Passivo Circulante	(77.040)				(41.757)
Passivo Não Circulante	(9.355)				(7.048)

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a pensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado.

Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo. Conforme mencionado na nota 8.5, valores superiores ao limite de cento e cinco por cento estão em discussão e, portanto, ainda não foram reconhecidos.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN.

(iv) Neutralidade da Parcela A

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(v) Garantias Financeiras

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(vii) Outros itens financeiros

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das distribuidoras, tais como, reversão do financeiro RTE2015, diferencial eletronuclear, repasse de compensação DIC/FIC, etc.

10 Outros créditos**Notas Explicativas**

	30/06/2017	31/12/2016
Baixa renda ⁽¹⁾	6.887	7.401
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	20.528	19.042
Ordens de serviço em curso - outros	892	184
Subvenção CDE - desconto tarifário ⁽²⁾	15.217	15.082
Bandeiras tarifárias	12.342	-
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	3.442	2.818
Ressarcimento geradoras	1.175	1.175
Adiantamentos	4.682	834
Outros	1.119	1.983
Total	66.284	48.519
Circulante	63.821	46.055
Não circulante	2.463	2.464

- (1) Baixa Renda - Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial - 31/12/2016 e 31/12/2015	7.401	11.082
Subvenção baixa renda	37.416	70.795
Ressarcimento Eletrobrás	(37.930)	(74.476)
Saldo final - circulante - 30/06/2017 e 31/12/2016	6.887	7.401

- (2) Subvenção CDE - desconto tarifário - Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de junho de 2017, o saldo corresponde à subvenção incorrida nos meses de maio a junho de 2017, cujos ressarcimentos a administração da empresa estará compensando no terceiro trimestre de 2017.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial - 31/12/2016 e 31/12/2015	15.082	18.308
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural aplicados nas tarifas	26.863	58.631
Ressarcimento Eletrobrás	(26.728)	(61.857)
Saldo final - 30/06/2017 e 31/12/2016	15.217	15.082

11 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A (ESS), que incorporou em 30 de junho de 2017 as empresas: (Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV) Empresa Bragantina S/A (EEB)), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A e QMRA Participações S/A.

Transações efetuadas no período/exercício:

Notas Explicativas

	Serviços contratados (Despesa - serviços de terceiros) ⁽¹⁾	Energia Elétrica comprada para revenda (Custo) ⁽²⁾	Comissão aval - outras despesas financeiras ⁽³⁾	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar aval - outras contas a pagar
Energisa S/A	11.156	-	4.466	3.745	801
Multi Energisa Serviços S/A	874	-	-	218	-
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	-	2.989	-	-	-
Energisa Soluções S/A	25	-	-	8	-
30/06/2017	12.055	2.989	4.466	3.971	801
31/12/2016	-	-	-	2.112	782
30/06/2016	13.227	47	4.872	2.112	733

(1) Os serviços contratados junto a controladora Energisa S/A referem-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL.

(2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos Administradores

No período findo em 30 de junho 2017, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$674 (R\$810 em 30 de junho de 2016) e da Diretoria foi de R\$539 (R\$600 em 30 de junho de 2016). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$239 (R\$276 em 30 de junho de 2016). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$509 (R\$318 em 30 de junho de 2016).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de junho, foram de R\$24 e R\$4 (R\$75 e R\$6 em 30 de junho de 2016), respectivamente. A remuneração média no período de 2017 foi de R\$12 (R\$20 em 30 de junho de 2016).

Na AGO de 28 de abril de 2017, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2017 no montante de R\$9.591 (R\$9.976 para o exercício de 2016).

12 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/06/2017	31/12/2016
Ativo		
Imposto de renda s/prejuízos fiscais	5.692	17.038
Contribuição social s/base negativa	2.263	6.348
Subtotal	7.955	23.386
Ativo - Diferenças temporárias		
Imposto de renda	103.801	100.034
Contribuição social s/o lucro	37.369	36.012
Total - não circulante	149.125	159.432
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	38.001	47.721
Contribuição social	13.681	17.179
Total - não circulante	51.682	64.900
Total líquido - ativo não circulante	97.443	94.532

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

Notas Explicativas

	30/06/2017		31/12/2016	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	22.767	5.692	68.153	17.038
Base negativa da CSSL	25.148	2.263	70.533	6.348
Créditos fiscais - ágio ⁽¹⁾	149.670	50.888	155.551	52.887
Provisão ajuste atuarial	96.411	32.780	86.479	29.403
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.	50.931	17.317	50.042	17.014
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	41.211	14.012	34.895	11.864
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras).	30.517	10.376	28.726	9.767
Ajuste a valor presente	15.705	5.340	18.288	6.218
Marcação a mercado - dívida	8.923	3.034	6.558	2.230
Outras adições temporárias	21.833	7.423	19.599	6.664
Ativo financeiro setorial (CVA's)	(40.225)	(13.677)	(40.225)	(13.677)
Marcação a mercado - derivativo	(50.526)	(17.179)	(83.425)	(28.365)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações	(61.254)	(20.826)	(67.233)	(22.859)
Total - ativo não circulante	311.111	97.443	347.941	94.532

(1) Benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2017	25.981
2018	13.399
2019	10.831
2020	11.799
2021	14.321
2022 a 2026	72.794
Total	149.125

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	47.164	111.086	20.992	116.201
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(16.036)	(37.769)	(7.137)	(39.508)
Ajustes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	9.342	20.337	-	-
Outras adições permanentes	115	574	600	-
Outras exclusões permanentes (**)	-	-	730	730
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(6.579)	(16.858)	(5.807)	(38.778)
Alíquota efetiva	13,95%	15,17%	27,66%	33,37%

(*) A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no período findo em 30 de junho de 2017 no montante de R\$20.337, registrado diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07. No período findo em 30 de junho de 2016 não foi apurado base tributável do lucro da exploração.

(**) Referem-se basicamente a adições permanentes e outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Em dezembro de 2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho decisório nº 128 DRF/JPA de 23 de maio de 2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua

utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou não, não estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Notas Explicativas

13 Contas a receber da concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com a aplicação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse corrigida pela aplicação do IPCA.

No período findo em 30 de junho de 2017, reconheceu a remuneração do contas a receber da concessão VNR em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão em R\$2.185 (R\$13.184 em 30 de junho de 2016). Incluindo o impacto do recálculo do valor justo pelo novo índice de atualização (IPCA).

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como ativo financeiro disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

Movimentação	30/06/2017	31/12/2016
Ativo financeiro custo corrigido - 31/12/2016 e 31/12/2015	425.000	349.759
Adições no período/exercício (*)	1.098	57.844
Baixas no período/exercício	(474)	97
Subtotal - Ativo financeiro custo corrigido	425.624	407.700
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (**)	(2.185)	17.300
Ativo financeiro valor justo - não circulante - 30/06/2017 e 31/12/2016	423.439	425.000

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão;

(**) Os ativos estão a valor justo com a aplicação da variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

14 Intangível e Imobilizado

	30/06/2017	31/12/2016
Intangível - Contrato de concessão	720.335	690.064
Imobilizado	10.111	11.238
Total	730.446	701.302

Intangível - Contrato de concessão

Notas Explicativas

Refere-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2017
Intangível em Serviço						
Custo	1.417.441	7.696	31.635	(4.100)	-	1.452.672
Amortização Acumulada	(616.389)	(678)	-	3.099	(36.477)	(650.445)
Subtotal	801.052	7.018	31.635	(1.001)	(36.477)	802.227
Em Curso	62.473	68.470	(31.635)	(28.029)	-	71.279
Total	863.525	75.488	-	(29.030)	(36.477)	873.506
Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	205.646	-	(2.917)	-	-	202.729
Amortização Acumulada	(66.346)	-	-	-	(1.908)	(68.254)
Subtotal	139.300	-	(2.917)	-	(1.908)	134.475
Em Curso	34.161	8.549	2.917	(26.931)	-	18.696
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	173.461	8.549	-	(26.931)	(1.908)	153.171
Total Intangível	690.064	66.939	-	(2.099)	(34.569)	720.335
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	19.677	-	107	-	-	19.784
Veículos	64	-	-	-	-	64
Móveis e utensílios	12.482	-	13	-	-	12.495
Total do imobilizado em serviço	32.550	-	120	-	-	32.670
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(125)	-	-	-	(6)	(131)
Máquinas e equipamentos	(12.279)	-	-	-	(991)	(13.270)
Veículos	(64)	-	-	-	-	(64)
Móveis e utensílios	(8.844)	-	-	-	(250)	(9.094)
Total Depreciação acumulada	(21.312)	-	-	-	(1.247)	(22.559)
Subtotal Imobilizado	11.238	-	120	-	(1.247)	10.111
Imobilizado em curso	-	120	(120)	-	-	-
Total do Imobilizado	11.238	120	-	-	(1.247)	10.111
Total Intangível e Imobilizado	701.302	67.059	-	(2.099)	(35.816)	730.446

(*) No período findo em 30 de junho de 2017, a Companhia processou baixas de seu ativo intangível tendo apurado o montante de R\$2.099, os quais foram transferidos para o contas a receber da concessão e R\$1.001 referem-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e os seus efeitos foram registrados na demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas operacionais.

	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/12/2016
Intangível em Serviço						
Custo	1.337.313	-	91.683	(11.555)	-	1.417.441
Amortização Acumulada	(555.974)	-	-	10.200	(70.615)	(616.389)
Subtotal	781.339	-	91.683	(1.355)	(70.615)	801.052
Em Curso	61.024	156.453	(91.683)	(63.321)	-	62.473
Total	842.363	156.453	-	(64.676)	(70.615)	863.525
Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	197.401	-	8.245	-	-	205.646
Amortização Acumulada	(56.327)	-	-	-	(10.019)	(66.346)
Subtotal	141.074	-	8.245	-	(10.019)	139.300
Em Curso	22.743	25.140	(8.245)	(5.477)	-	34.161
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	163.817	25.140	-	(5.477)	(10.019)	173.461
Total Intangível	678.546	131.313	-	(59.199)	(60.596)	690.064
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	17.012	-	2.667	(2)	-	19.677
Veículos	120	-	-	(56)	-	64
Móveis e utensílios	12.365	-	117	-	-	12.482
Total do imobilizado em serviço	29.824	-	2.784	(58)	-	32.550
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(114)	-	-	-	(11)	(125)
Máquinas e equipamentos	(10.294)	-	-	1	(1.986)	(12.279)
Veículos	(112)	-	-	56	(8)	(64)
Móveis e utensílios	(8.331)	-	-	-	(513)	(8.844)
Total Depreciação acumulada	(18.851)	-	-	57	(2.518)	(21.312)
Subtotal Imobilizado	10.973	-	2.784	(1)	(2.518)	11.238
Imobilizado em curso	-	2.784	(2.784)	-	-	-
Total do Imobilizado	10.973	2.784	-	(1)	(2.518)	11.238
Total Intangível e Imobilizado	689.519	134.097	-	(59.200)	(63.114)	701.302

(*) Das baixas no montante de R\$59.200, R\$57.844 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$1.356 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução 691/2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada foi 4,41% (4,47% em 31 de dezembro de 2016).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em julho de 2009, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais, entretanto as novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, início da vigência da nova versão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela Resolução Normativa nº 605, passaram a ser amortizadas de acordo com a data da imobilização até estar totalmente amortizado.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a

obrigações especiais apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2017	31/12/2016
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	110.587	103.299
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	125.966	125.966
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	11.938	11.938
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	20.628	19.367
(-) Amortização acumulada	(68.254)	(66.346)
Total	200.865	194.224
Alocação:		
Contas a receber da concessão	47.694	20.763
Infraestrutura - Intangível em serviço	134.475	139.300
Infraestrutura - Intangível em curso	18.696	14.794
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	19.367
Total	200.865	194.224

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, fossem contabilizadas como obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizadas na rubrica Obrigações vinculadas à concessão.

Até 30 de junho de 2017, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$20.628 (R\$19.367 em 31 de dezembro de 2016), devendo ser amortizada a partir do próximo ciclo tarifário.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado:

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	30/06/2017	31/12/2016
Edificações e benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas e equipamentos	16,19%	16,54%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

15 Fornecedores

	30/06/2017	31/12/2016
Suprimentos:		
CCEE	20.097	23.906
Contratos Bilaterais ⁽¹⁾	68.784	75.520
Encargos do serviço de sistema ⁽¹⁾	15.670	2.572
Conexão à rede ⁽¹⁾	418	418
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽¹⁾	703	445
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	3.605	3.627
Materiais, serviços e outros ⁽²⁾	20.584	29.748
Total	129.861	136.236
Circulante	127.215	133.590
Não Circulante	2.646	2.646

- (1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	308.399	257.800
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	427.484	458.789
Encargos de dívidas - moeda nacional	2.584	1.423
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	1.311	2.155
(-) Custos a amortizar	(1.553)	(1.507)
(-) Marcação a mercado de dívidas	8.923	6.558
Total	747.148	725.218
Circulante	274.252	249.960
Não Circulante	472.896	475.258

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (6)	Garantias (1)
	30/06/2017	31/12/2016					
Energisa Paraíba							
FIDIC Grupo Energisa III	61.529	61.722	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,00%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	-	5.100	7,80% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	3,83%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	19.485	29.271	TJLP + 4,00% a.a.	jun/19	Mensal	5,54%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	-	1.215	8,10% a.a. (Pré) TJLP + 3,50% a 8,90% a.a.	jun/17	Mensal	3,97%	F + E
Repasse BNDES FINEM - Itaú ⁽⁴⁾	18.009	21.118	a.a.	dez/23	Mensal	5,29% a 7,92%	A
Repasse BNDES - BNB	13.842	17.716	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan/19	Mensal	5,25% a 5,74%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	39.108	33.075	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	10.584	8.952	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	8.076	6.831	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	28.111	26.574	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	7.608	7.192	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	5.806	5.488	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
			2,50% a 10,0% a.a.				
FINAME - Itaú	27.851	30.429	(Pré)	ago/23	Mensal	1,24% a 4,88%	A
Parcelamento FUNASA	4.365	4.540	IPCA	dez/29	Mensal	1,18%	-
Nota Promissória SAFRA 1ª Série	6.661	-	CDI + 1,65%	abr/18	Final	6,47%	A
					Final		
Nota Promissória SAFRA 2ª Série	59.948	-	CDI + 1,65%	abr/19	-	6,47%	A
(-) Custo de captação incorridos na contratação	(1.553)	(1.507)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	309.430	257.716					
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	184.911	198.130	3,49% a 3,80 a.a (Pré) Libor + 1,77% a	jun/20	Anual	3,24% a 3,39%	A
Resolução 4131 - Citibank ^(1 e 4)	139.867	160.347	2,16% a.a.	mai/19	Anual	3,54% a 3,73%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML ^(1 e 4)	104.017	102.467	Libor + 2,25% a. a.	set/19	Final	3,78%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	8.923	6.558	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	437.718	467.502					
Total Energisa Paraíba	747.148	725.218					

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F=Recebíveis.

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$32.620 (R\$34.351 em 31 de dezembro de 2016), registrados na rubrica, "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante.

(1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 24).

(2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 24).

(3) A controladora Energisa S.A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$97.496, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

Notas Explicativas

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adotar as melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até junho de 2017 foram liberados R\$96.970, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados à expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (5) Considera bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.
- (6) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.
- (7) Contratação de empréstimos - celebrado com o Banco Itaú BBA S/A, a contratação de novo empréstimos no montante de R\$85.000, com vencimento em 23 de junho de 2020, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 3,7995% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 23 de junho de 2017 e 23 de junho de 2020.
- (8) Visando o reforço de capital de giro e redução de custo financeiro, a Companhia captou R\$65.000 em Notas Promissórias em duas séries sendo, R\$6.500 da 1ª série, com vencimento em 08/04/2018, e R\$58.500 da 2ª série, com vencimento em 03/04/2019. As Notas têm data de emissão de 13/04/2017 e fazem jus a uma remuneração CDI + 1,65% a.a.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período:

Moeda/indicadores	30/06/2017	31/12/2016
US\$ x R\$	1,51%	-16,54%
TJLP	3,56%	7,50%
SELIC	5,57%	14,02%
CDI	5,65%	14,00%
IPCA	1,18%	6,29%
LIBOR	1,15%	0,67%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2017
2018	33.542
2019	268.506
2020	136.667
2021	25.142
Após 2021	9.039
Total	472.896

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Notas Explicativas

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Saldos em 31/12/2016 e 31/12/2015	725.218	851.682
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	164.068	125.255
Custos apropriados	(339)	(806)
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	23.597	(45.764)
Marcação a Mercado das Dívidas	2.365	11.376
Pagamento de principal	(147.928)	(175.040)
Pagamento de juros	(19.833)	(41.485)
Saldos em 30/06/2017 e 31/12/2016	747.148	725.218
Circulante	274.252	249.960
Não circulante	472.896	475.258

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como segue:

Contratos	2017	2018	2019 em diante	30/06/2017	31/12/2016
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	48	97	194	339	258
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	2	-	-	2	55
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	51	103	52	206	16
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	80	161	468	709	387
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	-	-	-	791
Nota Promissória SAFRA Primeira Série	8	5	-	13	-
Nota Promissória SAFRA Segunda Série	76	155	53	284	-
	265	521	767	1.553	1.507

17 Tributos e Contribuições Sociais

	30/06/2017	31/12/2016
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS	46.200	48.479
Encargos sociais	2.634	2.659
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	45.779	41.831
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	18.595	15.279
Contribuições ao PIS e a COFINS	18.522	17.590
Imposto sobre serviços - ISS	107	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	695	653
Outros	2.852	3.396
Total	135.384	129.887
Circulante	60.946	63.188
Não circulante	74.438	66.699

18 Encargos setoriais

	30/06/2017	31/12/2016
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.086	12.232
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	473	539
Ministério de Minas e Energia - MME	237	270
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	265	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	14.333	12.813
Programa de Eficiência Energética - PEE	21.270	20.463
Total	46.664	46.317
Circulante	31.589	33.300
Não circulante	15.075	13.017

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos

programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº

Notas Explicativas

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

19 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	30/06/2017	31/12/2016
Saldos iniciais - 31/12/2016 e 31/12/2015	18.165	29.892	1.985	50.042	53.391
Provisão contingências	3.733	5.310	-	7.569	11.564
Reversões de provisões	(1.436)	(1.920)	-	(1.882)	(1.562)
Pagamentos realizados	(1.474)	(4.137)	-	(5.611)	(17.044)
Atualização monetária	282	442	89	813	3.693
Saldos finais - 30/06/2017 e 31/12/2016	19.270	29.587	2.074	50.931	50.042
Depósitos e cauções vinculados (*)				(3.719)	(4.228)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$25.747 (R\$24.828 em 31 de dezembro de 2016) dos quais R\$22.028 (R\$20.600 em 31 de dezembro de 2016) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de ganho ser possível ou remoto.

Perdas prováveis

Trabalhistas:

A maioria das ações tem por objeto (i) verbas contratuais/legais (horas extras, danos moral, jornada de trabalho, diferença salarial), (ii) responsabilidade subsidiária (horas extras, vínculo, 13º salário, adicional periculosidade), (iii) indenização (acidente de trabalho, danos morais e materiais, verbas contratuais), entre outros, estando à variação relacionada (i) novos entrantes propostos no período, (ii) atualização monetária da base de ativos, (iii) alteração de provisão, aumentos e baixas e (iv) reversões ocorridas no período.

No período foram constituídas cerca de R\$3.733 de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, entretanto a Companhia realizou pagamentos da ordem de R\$1.474, e por consequência reverteu provisões de R\$1.436, fruto de arquivamentos de ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por acordo ou pagamento.

Cíveis:

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores (cobrança por irregularidade, reclamação de consumo, suspensão de fornecimento, danos elétricos/queima de equipamentos, entre outros).

No período foram constituídas cerca de R\$5.310 de aumento de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, envolvendo as discussões sobre o recebimento de desvio no ramal, violação no aparelho de medição, procedimento irregular no medidor, oscilação de tensão, suspensão indevida, entre outros, entretanto a Companhia realizou pagamentos da ordem de R\$4.137, e por consequência reverteu provisões de R\$1.920, fruto de arquivamentos de ações, todas em estágio avançado de tramitação já julgadas desfavoráveis à Companhia, encerradas por acordo ou pagamento da condenação.

Fiscais:**Notas Explicativas**

Refere-se a discussões relacionadas a tributos (IRPJ, CSLL, IPTU, ISS) e ação regressiva acidentária (auxílio doença por acidente de trabalho). Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, pois encontram-se devidamente garantidos.

Os processos relacionados a IPTU tramitam na comarca de Cabedelo, onde se discute questões relacionadas a desapropriação de lotes pelo DNIT. Aguardando análise pericial.

Os processos relacionados a ISS, tramitam na esfera administrativa onde se discute ausência de retenção do imposto, no que tange a questões de compartilhamento de infra estrutura, já em fase de encerramento.

O processo de IRPJ/CSLL trata de diferenças apuradas no exercício 1997 a 2001, estando o processo em fase de andamento no CARF.

Os processos que envolvem ação regressiva acidentária estão relacionados a ressarcimento ao INSS pelos custos que arcou para tratar a saúde dos empregados acidentados.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$597.775 (R\$504.262 em 31 de dezembro de 2016), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

O aumento registrado no período findo em 30 de junho de 2017, refere-se às movimentações relacionadas à entrada de novos processos, alterações de provisão, reversão e atualização monetária e mudanças/alterações de prognóstico realizada nas naturezas cível, fiscal e trabalhista, conforme será detalhado a seguir por natureza.

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas:

Ações judiciais de natureza trabalhistas na condição de réu no montante R\$24.250 (R\$31.177 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

A redução de R\$6.927, registrada no período está diretamente relacionada ao efeito provocado pelo arquivamento de processos cujo valor envolvido era de R\$5.371, referente principalmente a “horas extras/jornada de trabalho”, “verbas contratuais/legais” e “equiparação salarial/reflexos.

Principais processos:

.Ação Civil Pública, envolvendo relações de trabalho empregados próprios, processo 01311702220155130022 com valor envolvido de R\$2.147;

.Reclamação Trabalhista 00361.2008.011.13.00-4, proposta por empregados próprios onde o autor requer indenização, com valor envolvido de R\$1.293.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível e juizado especial cível, no montante de R\$152.317 (R\$144.249 em 31 de dezembro de 2016), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

O aumento de R\$8.068, está diretamente relacionado ao impacto provocado pela propositura de novas ações que foram R\$10.500 deduzido as movimentações relacionadas a baixas de provisão.

Notas Explicativas

Principais processos:

. Ação com valor envolvido de R\$50.820 (R\$50.035 em 31 de dezembro de 2016), onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

Ações com valor total envolvido de R\$30.851, onde se discute questões relacionadas a indenização por incêndio/queimadas, dos quais os principais valores envolvidos é de R\$11.858 (R\$ 11.675 em 31 de dezembro de 2016) e R\$10.953 (R\$ 10.784 em 31 de dezembro de 2016).

Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária no montante de R\$421.208 (R\$328.836 em 31 de dezembro de 2016) referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, leilão de energia, entre outros.

O aumento de R\$92.372, está diretamente relacionado ao impacto provocado pela propositura do Auto de Infração 93300008.09.00000271/2017.59, no montante de R\$86.449, recebido em março de 2017, conforme descrito nos principais processos.

Principais processos:

. Auto de infração 10467.720529/2011-81, com montante envolvido de R\$105.286 (R\$100.763 em 31 de dezembro de 2016), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada EPB, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Processo administrativo 14751.002.618/2009-72, com montante envolvido de R\$44.053 (R\$42.161 em 31 de dezembro de 2016), pelo qual a Receita Federal autuou de forma reflexa o lançamento suplementar de IRPJ dos fatos geradores de 2001 e 2002 e anos calendários de 2005 e 2006, cobrando glosas de deduções de despesas, variações monetárias passivas, adições não computadas na apuração do lucro real e compensações não autorizadas.

. Auto de Infração 93300008.09.00000271/2017.59 recebido em março de 2017 no montante de R\$86.449, lavrado pela Receita Estadual em virtude da glosa dos créditos de ICMS nas aquisições de máquinas, equipamentos e acessórios sob a argumentação: (i) as aquisições objeto de creditamento escriturada nos Livros fiscais (CIAP - Controle do Crédito do Ativo Permanente) por entendimento de não ser de propriedade da EPB; (ii) aquisições destinadas exclusivamente ao emprego na prestação de serviços tributada pelo ISS; (iii) as saídas subsequentes promovidas pela Impugnante não configurariam fatos geradores do ICMS. A alegação do Estado é que o registro das operações no Ativo Imobilizado somente era possível até o ano de 2009. A partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração das novas aquisições no Ativo Intangível.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$526.992 (R\$526.992 em 31 de dezembro de 2016) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000 de ações, sendo até 4.092.176 em ações ordinárias e até 1.907.824 em ações preferenciais.

20.3. Dividendos

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovado o pagamento de dividendos, relativos ao exercício de 2016, no montante de R\$155.671, tendo sido antecipados e quitados: em 11 de julho de 2016, o valor de R\$44.113; em 15 de agosto de 2016, o valor de R\$21.142; e em 01 de dezembro de 2016, o valor de R\$32.097. O saldo remanescente, no valor de R\$58.319 foi pago no dia 26 de junho de 2017.

21 Receita operacional

	30/06/2017				30/06/2016			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	1.148.163	858.824	254.640	516.755	1.123.062	824.539	226.532	485.675
Industrial	4.075	169.975	40.725	83.153	4.216	235.813	50.381	107.374
Comercial	93.923	359.041	107.213	217.792	93.812	355.494	98.338	210.228
Rural	129.762	125.088	21.794	45.693	126.651	116.375	19.143	41.885
Poder Público	16.277	118.445	34.993	68.657	16.079	113.428	31.736	66.720
Iluminação Pública	728	131.466	22.795	47.688	695	119.429	19.565	42.684
Serviço Público	1.072	90.201	15.757	31.510	1.043	89.808	14.163	30.695
Consumo Próprio	254	2.162	-	-	254	2.302	-	-
Subtotal	1.394.254	1.855.202	497.917	1.011.248	1.365.812	1.857.188	459.858	985.261
Suprimento	-	122.848	(12.893)	16.928	-	252.473	50.187	56.212
Fornecimento não faturado Líquido	-	(5.388)	(3.732)	(1.439)	-	(10.589)	(4.961)	(10.916)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	40	-	14.009	28.282	24	-	10.157	20.887
Receita de construção (1)	-	-	30.708	59.372	-	-	36.141	67.491
Outras receitas operacionais	-	-	5.630	9.278	-	-	2.534	7.159
Valor Justo Ativo Indenizável da Concessão	-	-	474	(2.185)	-	-	3.898	13.184
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(586)	(1.188)	-	-	(414)	(854)
(-) Excedentes de Reativos	-	-	(1.245)	(2.574)	-	-	(1.173)	(2.438)
Constituição e Amortização - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(4.621)	(4.030)	-	-	(10.837)	(44.969)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	31.701	64.279	-	-	29.593	59.306
Total - receita operacional bruta	1.394.294	1.972.662	557.362	1.177.971	1.365.836	2.099.072	574.983	1.150.323
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	123.634	251.226	-	-	113.778	244.280
PIS	-	-	9.368	18.880	-	-	8.366	17.173
COFINS	-	-	42.572	86.940	-	-	38.537	79.101
ISS	-	-	149	292	-	-	132	258
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3)	-	-	(26.150)	(29.019)	-	-	(47)	52
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.712	3.592	-	-	1.673	3.248
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	30.259	65.828	-	-	35.605	71.606
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.712	3.592	-	-	1.673	3.248
Taxa de Fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	556	1.110	-	-	512	1.025
Total - deduções da receita operacional	-	-	183.812	402.441	-	-	200.229	419.991
Total - receita operacional líquida	1.394.294	1.972.662	373.550	775.530	1.365.836	2.099.072	374.754	730.332

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do período de acordo com a OCPC 08.

(3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a Capacidade de geração de energia elétrica no país.

Notas Explicativas

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no período foram de R\$23.286 (R\$30.960 em 30 de junho de 2016), recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$29.019 (R\$52 em 30 de junho de 2016). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia em 2017 foi de R\$52.305 (R\$30.908 em 30 de junho de 2016).

Para os meses de janeiro a junho de 2017 e exercício de 2016 a ANEEL homologou os valores conforme abaixo:

Meses		30/06/2017	30/06/2016
Janeiro	Nº 592 de 02 de março de 2017 (Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016)	50	-
Fevereiro	Nº 899 de 30 de março de 2017(Nº 797 de 30 de março de 2016)	45	(11)
Março	Nº 1237 de 05 de maio de 2017 (Nº 1.061 de 02 de maio de 2016)	4.756	-
Abril	Nº 1492 de 30 de maio de 2017 (Nº 1.431 de 31 de maio de 2016)	9.528	-
Mai	Nº 1944 de 04 de julho de 2017 (Nº 1.734 de 29 de julho de 2016)	9.142	(41)
Junho	Valor provisionado para junho 2017 (Nº 2.045 de 29 de julho de 2016)	5.498	-
Total		29.019	(52)

22 Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (2)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2017	30/06/2016	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Energia de leilão	1.234.161	1.201.267	112.564	239.137	111.467	224.569
Energia bilateral	217.728	218.931	35.667	62.750	8.324	35.069
Cotas de Angra REN 530/12	73.467	73.873	6.907	15.396	7.464	15.006
Energia de curto prazo - CCEE (1)	-	-	(2.428)	14.760	32.263	35.894
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	771.264	922.260	43.578	78.728	26.518	52.754
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	42.093	42.840	7.094	14.188	7.853	15.705
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(20.076)	(37.716)	(15.628)	(31.567)
Total	2.338.713	2.459.171	183.306	387.243	178.261	347.430

(1) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu.

(2) Não revisado pelos auditores independentes.

***Uso de estimativas:** os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

23 Cobertura de seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas são:

Notas Explicativas

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/06/2017	31/12/2016
Risco Operacional	07/11/2017	38.000	268	268
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	50.600	249	249
Frota- Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2017	Até 360 /veículo	202	202
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais (*)	31/12/2017	100.089	281	264
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	49	49
			1.049	1.032

(*) Importância Segurada relativa ao mês de JUN/17 e prêmio anualizado.

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

Apólice de Seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

Frota

A Empresa mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente e total por doença e auxílio funeral de seus empregados.

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	30/06/2017		31/12/2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	140.733	140.733	115.225	115.225
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	95.285	95.285	72.230	72.230
Consumidores e concessionárias	2	281.479	281.479	270.507	270.507
Conta a receber da concessão	3	423.439	423.439	425.000	425.000
Ativo financeiro setorial	3	84.266	84.266	126.620	126.620
Instrumentos financeiros derivativos	2	62.789	62.789	98.112	98.112

N	PASSIVO	Nível	30/06/2017		31/12/2016	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
	Fornecedores	2	129.861	129.861	136.236	136.236
	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2	747.148	747.348	725.218	725.990
	Instrumentos financeiros derivativos	2	12.263	12.263	14.687	14.687
	Passivo financeiro setorial	3	48.805	48.805	86.395	86.395

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos e passivos financeiros setoriais e contas a receber da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de R\$3.953 (R\$12.824 em 30 de junho de 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativo financeiro setorial líquido. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB e BNDES, se aproximam de seus respectivos

valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas variáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 30 de junho de 2017 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$992 (R\$6.791 em 31 de dezembro de 2016) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no segundo semestre de 2016, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de junho de 2017, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$3.357 (R\$4.585 em 31 de dezembro de 2016) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

Notas Explicativas

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o seguinte:

	30/06/2017	31/12/2016
Dívida (a)	747.148	725.218
Caixa e equivalentes de caixa	(140.733)	(115.225)
Dívida líquida	606.415	609.993
Patrimônio líquido (b)	781.513	745.604
Índice de endividamento líquido	0,78	0,82

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), e encargos de dívidas, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		127.215	-	-	-	2.646	129.861
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11.37%	112.875	201.744	442.170	111.598	7.512	875.899
Total		240.090	201.744	442.170	111.598	10.158	1.005.760

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do

Notas Explicativas

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalente de caixa	5	140.733	115.225
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	95.285	72.230
Consumidores e concessionárias	6	281.479	270.507
Ativo financeiro setorial	9	84.266	126.620
Conta a receber da concessão	13	423.439	425.000
Instrumentos financeiros derivativos	24	62.789	98.112

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o Período findo em 30 de junho de 2017, com alta de 1,51% sobre 31 de dezembro de 2016, cotado a R\$3,3082/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2017 era de 15,02%, enquanto em 31 de dezembro de 2016 era de 14,40%.

Do montante Consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2017, de R\$748.701 (R\$726.725 em 31 de dezembro de 2016), R\$437.718 (R\$467.502 em 31 de dezembro de 2016) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólares têm custo de até variação cambial + 3,49% ao ano e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento junho de 2020.

No balanço patrimonial de 30 de junho de 2017 a Companhia apresenta no ativo circulante R\$49.245 (R\$42.670 em 31 de dezembro de 2016), R\$13.544 (R\$55.442 em 31 de dezembro de 2016) no ativo não circulante, R\$12.148 (R\$14.531 em 31 de dezembro de 2016) no passivo circulante e R\$115 (R\$156 em 31 de dezembro 2016) no passivo não circulante, a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer à reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.277	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	40.000	VC + (Libor + 1,8987%) x 117,65%	101,00% CDI	21/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.500	VC + (Libor + 1,88%) x 117,65%	CDI + 1,80%	27/02/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	20.720	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	2.900	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	21.374	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	CDI + 1,98%	20/09/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	VC + (Libor+2.25%) x117,65%	116,75% CDI	21/05/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 :

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2017	31/12/2016		30/06/2017	31/12/2016
Dívida designada para “Fair Value Option”	199.652	114.652	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(205.938)	(116.519)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	205.938	116.519
Swap Cambial (Derivativo)	199.652	114.652	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(208.810)	(120.897)
			Posição Líquida Swap	(2.872)	(4.378)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(208.810)	(120.897)

Notas Explicativas

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2017	31/12/2016		30/06/2017	31/12/2016
Dívida (Objeto de Hedge)*	176.418	315.385	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(231.781)	(350.983)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	233.800	353.896
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	176.418	315.385	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(180.402)	(266.092)
			Posição Líquida Swap	53.398	87.804
			Posição Líquida Dívida + Swap	(178.383)	(263.180)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Notas Explicativas

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2017, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável (*))	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(439.738)		(412.740)	(515.929)	(619.120)
Variação Dívida	-		26.998	(76.191)	(179.382)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	439.738		412.740	515.929	619.120
Variação - USD e LIBOR	-	Alta US\$	(26.998)	76.191	179.382
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(389.212)		(389.212)	(389.212)	(389.212)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	50.526		23.528	126.717	229.908
Total Líquido	(389.212)		(389.212)	(389.212)	(389.212)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2017, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$389.212 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$389.212 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

A Energisa Paraíba não possui instrumentos financeiros derivativos indexados à taxa de juros.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2017 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 5,65% TJLP = 7,00% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável (*))	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	202.885	Alta do CDI	18.787	23.484	28.181
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(389.212)	Alta USD	(36.041)	(45.051)	(54.062)
	(128.138)	Alta CDI	(11.866)	(14.833)	(17.799)
	(109.104)	Alta TJLP	(7.637)	(9.546)	(11.456)
Empréstimos e financiamentos	(41.525)	Alta SELIC	(3.845)	(4.806)	(5.768)
Subtotal (**)	(667.979)		(59.389)	(74.236)	(89.085)
Total	(465.093)		(40.602)	(50.752)	(60.904)

(*) Considera o CDI de 30 de junho de 2018 (9,26% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2017, TJLP 7,00% e Selic 9,26% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$80.722.

25 Benefícios a empregados

Notas Explicativas

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

O plano de benefícios previdenciários (Funasa) mantido pela Companhia na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (PO) para novos participantes;
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para o plano (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora Energisa PB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

O plano (CD) se caracteriza por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

Para equacionamento do déficit e das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano de Benefício Definido - PO e do Plano Saldado Funasa - PS, a Energisa PB aumentou sua contribuição sobre a folha de pagamento dos empregados ativos e inativos, e em 31 de julho de 2015 firmou contrato de assunção de dívida no montante de R\$4.994. O valor da dívida foi parcelado em 173 parcelas de R\$29 (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado a taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga.

Plano de contribuição definida

A Companhia possui plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima.

O plano (CD) se caracteriza por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

No período findo em 30 de junho de 2017 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$15.988 (R\$11.204 em 30 de junho de 2016).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de junho de 2017 as despesas com o plano de saúde foram de R\$2.439 (R\$2.134 em 30 de junho de 2016).

26 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil (*)						
Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2017 a 2048	311.701	611.538	624.806	571.815	597.596	9.467.048

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de junho de 2017 e foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

27 Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/06/2017	31/12/2016
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	1.098	57.844
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro indenizável da concessão	(2.185)	17.300
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	6.268	13.976
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	6.268	13.976
Atividades de financiamento		
Aumento de capital com reservas	-	39.535

28 Eventos subsequentes

Bandeiras tarifárias

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Vermelha Patamar 1 para o mês de agosto 2017, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Com a vigência dessa bandeira, as faturas de energia observarão um adicional de R\$ 3,00 a cada 100 kWh de consumo.

Empréstimos contratados

Em 19 de Julho de 2017 a Companhia capitou Debêntures em moeda corrente visando o reforço de capital e giro e redução de custo financeiro no valor de R\$15.173 referente a 2ª Emissão 1ª Série com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano, e R\$13.618 referente a 2ª Emissão 2ª Série com vencimento em 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano.

Antecipação de dividendos do exercício de 2017

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de agosto de 2017, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2017, no montante de R\$69.180, o que equivale a R\$75,34621144 por ação ordinária, a serem pagos a partir de 31 de agosto de 2017.

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Correspondentes Referentes ao
Trimestre Findo em 30 de Junho de 2017 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias correspondentes da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais ("ITR") referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem as demonstrações correspondentes do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. Essas informações correspondentes estão sendo apresentadas, para fins de comparação, no ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017.

Responsabilidade da administração sobre as informações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão das informações financeiras intermediárias correspondentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias correspondentes

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que, as informações financeiras intermediárias correspondentes, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.



Ênfase

Em 12 de agosto de 2016, emitimos um relatório de revisão sem modificação sobre as informações financeiras intermediárias para o trimestre findo 30 de junho de 2016. Conforme mencionado na nota explicativa 3.2, as informações correspondentes acima referidas foram alteradas em relação àquelas informações financeiras intermediárias anteriormente divulgadas relativas ao trimestre findo 30 de junho de 2016 pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 3.2. Nossa conclusão está limitada às informações correspondentes acima referidas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017 e, portanto, não expressamos opinião, conclusão ou qualquer outra forma de asseguarção sobre estas informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. A presente conclusão sobre as informações financeiras intermediárias correspondentes não contém modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informações correspondentes sobre a Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a informação correspondente relativa a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa informação correspondente, alterada para contemplar as reclassificações descritas na nota explicativa 3.2, foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias correspondentes tomadas em conjunto.

Auditoria do balanço patrimonial correspondente

Os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação no ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, foram por nós auditados e nosso relatório datado de 23 de março de 2017, não contém ressalvas.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão de Informações Trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A.

João Pessoa – PB

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e período anterior

O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, e das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação foram auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sobre informações financeiras intermediárias em 23 de março de 2017 e 12 de agosto de 2016, respectivamente, sem modificações.

Os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, e dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, ajustados e reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 3.2, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram um relatório de revisão em 9 de agosto de 2017 com uma conclusão sem modificação.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras Trimestrais do período de 1º de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras Trimestrais da Companhia, do período de 1º de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 9 de agosto de 2017.

Andre Luís Cabral Theobald

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gustavo Nasser Moreira

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretor de Gestão de Pessoas

Jairo Kenedy Soares Perez

Diretor Técnico e Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, do período de 1º de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 9 de agosto de 2017.

Andre Luís Cabral Theobald

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gustavo Nasser Moreira

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretor de Gestão de Pessoas

Jairo Kenedy Soares Perez

Diretor Técnico e Comercial